

O uso do juntor conclusivo “então” na Tradição Discursiva *Carta*

The use of the conclusive junctor “então” in the Discursive Tradition *Letter*

Glaucia Andrioli Chiarelli *

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar a manifestação do juntor conclusivo *então* nas Tradições Discursivas *cartas pessoais* e *cartas de leitores e redatores*, com o intuito de mostrar que cada uma dessas Tradições apresenta diferentes usos do item *então* enquanto um juntor conclusivo e que essa diferença está ligada a diversidades nos propósitos comunicativos desses textos. Para tanto, levamos em conta a proposta de Kabatek (2006) sobre Tradição Discursiva e de Raible (2001) sobre Junção. Como resultado, mostramos que a Tradição *carta de leitor e redator* favorece mais os usos conclusivos, especialmente aqueles com importante dimensão argumentativa, por conta da função social dessas cartas que é veicular opinião.

PALAVRAS-CHAVE: Tradição Discursiva. Junção. *Então*.

ABSTRACT: The aim of this article is to analyze the manifestation of the conclusive junctor *então* in the Discursive Traditions personal letters and readers' and editors' letter, seeking to show that each Tradition presents different uses of the item *então* as a conclusive junctor and that that difference is related to differences in the communicative purposes of these texts. To do so, this analysis is based on Kabatek's (2006) proposal about Discursive Tradition and Raible's (2001) proposal about Junction. As a result, we showed that the Tradition reader's and editor's letter promotes more the conclusive uses, especially those with important argumentative dimension, due to the social function of those letters that is to show opinion.

KEY WORDS: Discursive Tradition. Junction. *Então*.

* É graduada em Letras pela Universidade Estadual Paulista de São José do Rio Preto e mestre em Linguística pela mesma instituição. E-mail: glaucia.chiarelli@bol.com.br

Introdução

Uma das preocupações dos pesquisadores em Linguística Histórica é a seleção e recorte de *corpora*, uma vez que os textos selecionados para uma pesquisa podem favorecer ou não o aparecimento do fenômeno a ser investigado, dado o fato de que as condições de produção de um texto, suas funções históricas e sociais condicionam o uso de determinados itens linguísticos e construções (cf. KABATEK, 2006). É por essa razão que a escolha de textos a partir das noções de *gênero e/ou Tradição Discursiva* vem sendo discutida no âmbito da Linguística Histórica, pois a adoção de uma ou outra permite selecionar textos que levem à ocorrência do objeto de investigação.

Neste artigo, partindo do pressuposto de que é possível correlacionar o emprego de itens linguísticos com Tradição Discursiva, por exemplo, objetivamos verificar o uso do item *então* enquanto um juntor conclusivo, em textos dos séculos XIX, XX e XXI representativos da Tradição Discursiva *carta*, mais especificamente das Tradições: (i) carta pessoal e (ii) carta de leitores e redatores de jornais e revistas. Nosso intuito é mostrar que os propósitos comunicativos de cada uma dessas tradições favorecem certos usos do juntor *então* em função conclusiva e que esses jutores, por sua vez, ajudam a caracterizar essas tradições.

Para atingir nossos objetivos, como fundamentação teórica, utilizamos a noção de *Tradição Discursiva* e de *Junção*. Os *corpora* selecionados serão descritos na segunda parte deste trabalho, em termos de suas funções comunicativas. Em seguida, na terceira e quarta seções, apresentamos a análise do juntor *então* nas tradições selecionadas. Por fim, os principais pontos da pesquisa são retomados nas considerações finais.

Tradição Discursiva e Junção

De acordo com Kabatek (2006), o conceito de Tradição Discursiva (TD) nasceu dentro da linguística românica alemã, particularmente na orientação de

Eugênio Coseriu. A partir da afirmação de Humboldt de que a linguagem é atividade e não produto, Coseriu (1979) considera o falar uma atividade universal realizada por indivíduos particulares, enquanto membros de comunidades históricas. Com isso, o autor distingue três níveis do falar: (i) nível universal, que se refere ao falar em geral, comum a todos os indivíduos; (ii) nível histórico, que se refere aos modos do falar de uma comunidade e o (iii) nível particular, referente ao discurso concreto de um indivíduo. Segundo Kabatek (2006), é a partir dessa diferenciação que linguistas chegam à definição de TD, partindo da reduplicação do nível histórico proposto por Coseriu (1979). Com essa reduplicação, portanto, Kabatek (2006) salienta que o nível histórico refere-se à língua enquanto um sistema gramatical e lexical e também às tradições do falar.

Assim, para explicar o conceito de TD, Kabatek afirma que a atividade do falar em geral, com uma finalidade comunicativa concreta, atravessaria dois filtros (correspondente ao nível histórico) até chegar ao um enunciado concreto de um indivíduo particular: um filtro corresponde à língua enquanto sistema e norma, e o outro, às tradições discursivas. O esquema a seguir é ilustrativo:

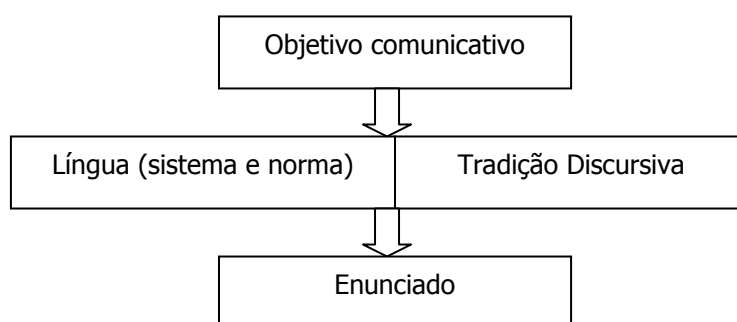


Figura 1: Tradição Discursiva (KABATEK, 2006)

Como exemplo, o autor mostra que uma finalidade comunicativa de saudação não encontra solução apenas no filtro léxico-gramatical. Se assim o fosse, a frase “eu te cumprimento” seria aceitável. Contudo, esse não é um

modo tradicional e convencionalizado de emitir uma saudação, mas frases como "bom dia" e "como vai" são. Essas expressões repetidas em situações de cumprimento são consideradas TD, já que a intenção comunicativa encontrou solução não só no acervo gramatical e lexical do português, mas também em uma tradição, ou seja, um "modo de dizer" que extrapola as regras da língua. Dessa maneira, Kabatek define Tradição Discursiva como a repetição de uma maneira particular de dizer ou escrever que adquire valor de signo.

O autor explica que o conceito de TD é comumente confundido com o de gênero. Entretanto, Kabatek (2005) afirma que TD é um conceito mais amplo que gênero, pois inclui todo o tipo de tradições do falar identificáveis e também subgêneros ou tradições dentro de um mesmo gênero. Para o autor, gênero é um tipo de TD, mas nem toda a TD é um gênero. A fórmula "bom dia", por exemplo, é uma TD, mas não é considerada gênero. Kabatek (2006) mostra que fórmulas de *saudação* e *despedida* dentro de um gênero epistolar são consideradas TD. Um *estilo*, um *ato de fala*, uma *forma conversacional*, uma *forma literária complexa* também são TD. O autor alega que são igualmente TD formas exclusivas a determinadas culturas, como TD escritas, restritas às culturas com escrita, e dentro delas, TD ligadas a determinadas instituições, como por exemplo, os gêneros jurídicos.

Segundo Kabatek (2006), as funções sociais e comunicativas de uma TD irão determinar os itens linguísticos e construções a serem utilizados. Por isso, o autor afirma que o estudo das TD tem importante aplicação nas pesquisas em gramática histórica, pois é possível verificar com mais rigor as evoluções da língua e os processos de mudança linguística. Essa questão é fundamental, na medida em que Kabatek defende que, quando se estuda a história de uma língua, o que se estuda não é a língua, mas os textos de diferentes épocas.

É a partir dessa questão que a seleção de textos para pesquisa em linguística histórica é fundamental, pois, como mencionado, os textos irão condicionar o uso de certos itens linguísticos. Kabatek sustenta que há uma estreita relação entre o uso de certos mecanismos linguísticos, como os jutores (cf. RAIBLE, 2001) com a TD, afirmando que determinada TD

condiciona o emprego desses mecanismos de junção e, na direção contrária, os arranjos de juntores ajudam a caracterizar determinada TD.

Para entender a noção de *junção*, trazemos sua definição a partir de Raible (2001). Para o autor, junção é uma dimensão universal da linguagem por meio da qual elementos proposicionais são combinados pela inserção de juntores. Os juntores são elementos de diversos tipos: advérbios dêiticos, fóricos, conjunções, construções reduzidas, preposições, entre outros. Os juntores de uma língua são caracterizados a partir do cruzamento de dois parâmetros: (i) de um lado, a combinação de orações ou partes textuais maiores pode ser dada em diferentes níveis de arquitetura sintática, ou seja, a partir de diferentes técnicas, como a junção por coordenação, por subordinação, com gerúndios, com preposições, etc. e, (ii) por outro lado, dessa ligação emergem diferentes relações semânticas, como tempo, causa, conclusão, finalidade, etc., que seguem uma escala cognitiva de complexidade crescente. Dessa forma, um juntor típico seria um elemento capaz de ligar orações ou partes textuais e exprimir certa relação de sentido, conforme ilustra o esquema a seguir (KABATEK, 2006):

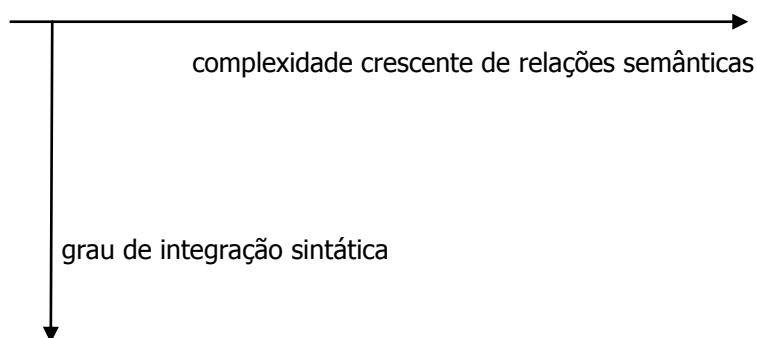


Figura 2: relações semânticas e grau de integração sintática (KABATEK, 2006)

Kabatek (2006), retomando os trabalhos de Raible sobre o assunto, mostra que uma relação semântica de causalidade, por exemplo, pode ser estabelecida por diferentes juntores e essas diferentes combinações estariam

em diferentes pontos do grau de hierarquia sintática, conforme sugerem os exemplos seguintes, adaptados de Kabatek (2006):

- (1) Joana está doente. Por isso ela permanece em casa (relação fórica com a frase anterior)
- (2) Joana está doente, pois ela permanece em casa (junção por coordenação)
- (3) Já que Joana está doente, ela permanece em casa (junção por subordinação)
- (4) Estando doente, Joana permanece em casa (junção por construção de gerúndio)
- (5) Joana permanece em casa por motivo de doença (junção por construção com preposição)

Para comprovar a correlação entre uso de jutores que se encontram em um texto e a TD à qual o texto pertence, Kabatek (2006) cita um de seus estudos sobre os textos jurídicos medievais do espanhol. O autor critica pesquisas em gramática histórica que assinalam diferenças textuais do tipo: textos literários; textos não literários; textos poéticos; textos científicos, textos jurídicos, etc. Para o autor, essa diferenciação é insuficiente, na medida em que "textos jurídicos", por exemplo, podem ser bem diferenciados e pertencer a TD distintas. Nesse estudo, então, a partir dos arranjos de jutores empregados, Kabatek identificou pelo menos três TD diversas dentro do gênero jurídico medieval: a *façanha*; o texto foral e o renascer do direito romano.

Kabatek observou que, nas *façanhas*, o objetivo era descrever fatos mediante a enumeração de acontecimentos. Essa característica leva a esquemas de junção mais simples, como a *adição*.

Já o texto foral corresponde a um modelo prototípico de lei, que consiste numa lista de frases condicionais do tipo: se *a* fizer *b*, será sancionado em *c*. Assim, a relação de junção predominante é a *condicionalidade*.

Por fim, conforme Kabatek, o terceiro tipo é o resultado da recepção do direito romano redescoberto na Idade Média, caracterizado pela discussão científica das matérias jurídicas. Esses textos são altamente elaborados e apresentam uma gama de possibilidade de junção, desde a *adição até a concessividade*.

Dessa forma, Kabatek obteve a confirmação da correlação entre a TD e o tipo dos jutores utilizados, em duas direções: de um lado, a TD condiciona o

emprego de certos jutores e, de outro, esses jutores ajudam a caracterizar a TD.

Conforme Kabatek (2006), portanto, dentro de uma TD podem-se encontrar outras TD, como é o caso dos textos jurídicos e também como é o caso dos textos epistolares. "Carta" é uma TD complexa e ampla, já que há vários modos de se escrever cartas convencionalizados social e historicamente: cartas pessoais, cartas de amor, cartas de leitores e redatores, cartas da administração pública, carta comercial, entre outras. Cada um desses tipos de cartas pode ser caracterizado por distintos arranjos de jutores.

Neste trabalho, selecionamos duas TD dentro da TD complexa carta: (i) cartas pessoais e (ii) cartas de leitores e redatores de jornais e revistas. Cada uma delas representa uma TD pelas funções sociais e comunicativas a que elas se prestam, que levam à utilização de diferentes mecanismos de junção. Como já mencionado, buscamos mostrar que o propósito comunicativo de cada uma dessas TD leva a diferenças nos esquemas de junção do item *então* enquanto um jutor conclusivo e que esses esquemas são importantes para caracterizar essas TD.

Os corpora

Os *corpora* selecionados para a pesquisa referem-se a textos escritos representativos do português brasileiro, vigentes nos séculos XIX, XX e XXI. Neste trabalho, o *corpus* é composto de textos referentes às TD carta pessoal e cartas de leitores e redatores.

A seguir, segue uma descrição detalhada de cada uma das amostras de carta utilizadas como *corpus* para este trabalho. Ao final de cada descrição, apresentamos as convenções utilizadas para identificar a ocorrência de *então* na amostra:

(a) *Correspondência passiva de Washington Luiz* – século XIX (SIMÕES e KEWITZ, 2006): cartas particulares escritas por parentes (sogra, cunhado,

concunhado, tio e irmãos) e alguns amigos íntimos de Washington Luís. Do total de cartas, selecionamos 20, cujos remetentes eram paulistas. As cartas apresentam tópicos discursivos variados: prestação de contas, informes, pedido de desculpas, justificativas, agradecimentos. De um modo geral, encontramos assuntos familiares, cotidianos e jurídicos. Os textos são mais informais, devido à intimidade entre os interlocutores. Padrão de identificação: 19WL; número da carta, ano.

(b) *Cartas Paulistas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – século XIX* (SIMÕES E KEWITZ, 2006a): 19 cartas particulares que giram em torno da pessoa de José Bonifácio de Andrada e Silva, escritas entre 1801 e 1822, período que marca grandes transformações na história do país. Temática: comunicados, assuntos políticos e administrativos, felicitações, pedidos de ordem particular, comentários sobre a vida pessoal. De um modo geral, as cartas apresentam certo grau de formalidade, possivelmente por questões da época. Padrão de identificação: 19BNRJ, número da carta, ano.

(c) *Cartas de Mário de Andrade a Murilo Miranda – século XX* (ANDRADE, 1981): foram selecionadas 30 cartas particulares escritas pelo escritor Mário de Andrade entre os anos de 1934 a 1945 a seu amigo Murilo Miranda. As cartas apresentam tom informal devido à intimidade existente entre os interlocutores. A temática das cartas é bem variada, envolvendo pedidos, respostas de pedidos, comentários sobre sua vida, seu trabalho, fatos interessantes, engraçados e tristes ocorridos, reclamações, brigas entre os dois, entre outros. Padrão de identificação: 20MA, número da página do livro, ano.

(d) *Correspondência passiva do Professor Fidelino de Figueiredo – Excerto Paulista – século XX* (BARROSO e BATISTA, 2007): cartas particulares escritas por parentes, amigos e alunos endereçadas ao Professor Fidelino. A temática das cartas gira em torno de cumprimentos, agradecimentos,

relatos de fatos ocorridos, pedidos, explicação sobre questões acadêmicas, convites, comentários sobre a vida pessoal. Há cartas mais ou menos formais, dependendo do remetente, que pode ter um grau de intimidade maior (amigos, parentes) ou menor (alunos) com o destinatário. Do total de cartas, selecionamos 30. Padrão de identificação: 20PF, remetente, número da carta, ano.

(e) *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do século XIX* (BARBOSA e LOPES, 2006): 179 cartas de leitores e redatores publicadas em jornais e revistas paulistas da época. Os temas tratados focam diversos assuntos, desde questões pessoais como brigas entre vizinhos até questões de ordem política. Assim, encontramos uma diversidade de funções como reclamações, provocações, críticas, reivindicações, agradecimentos, justificativas, narração de fatos ocorridos; há também cartas publicadas no jornal que são destinadas a uma pessoa específica (como uma carta pessoal). Essa função era recorrente na época por conta da circulação dos jornais e revistas, que chegavam a locais nos quais as cartas particulares não atingiam. Padrão de identificação: 19CLR, número da carta, ano.

(f) *Cartas de leitores e redatores da revista VEJA – século XX*: foi coletado um banco de dados com todas as cartas de origem paulista publicadas na revista VEJA entre os anos de 1968 e 2000. Esse banco conta com mais de 2000 cartas. Para esta pesquisa, selecionamos 182 cartas. Para tanto, utilizamos apenas os anos de número ímpar. Desse recorte, buscamos 11 cartas de leitores de cada ano e 1 carta de redator por ano. Dessa forma, são 12 cartas por ano, perfazendo um total de 182 cartas. Essas cartas tratam de temas a respeito de artigos publicados na revista. Os leitores escrevem, de um modo geral, para opinar sobre um assunto, trazendo, portanto, críticas, reclamações, indignações, elogios, esclarecimentos, etc. Os redatores escrevem basicamente para relatar algum fato, dar

esclarecimentos e opinar sobre algum assunto. Padrão de identificação: 20VEJA, data da publicação.

(g) *Cartas de leitores e redatores da revista VEJA* – século XXI: foram selecionadas cartas entre os meses de janeiro a setembro de 2009. Recortamos as cartas de leitores e redatores de origem paulista das três primeiras edições de cada mês, perfazendo um total de 177 cartas. A temática tem características semelhantes às das descritas em (f). Padrão de identificação: 21VEJA, data da publicação.

(h) *Cartas de leitores do jornal O ESTADÃO* – século XXI: selecionamos cartas (*on-line*) entre os meses de janeiro a setembro de 2009. Do total, utilizamos 350 cartas, somente de leitores. A temática também é semelhante à descrição apresentada em (f), quanto à carta de leitor. Padrão de identificação: 21ESTADÃO, ano de publicação.

Com relação à extensão do *corpus* caracterizado anteriormente, são necessárias algumas considerações. Nas descrições apresentadas, mencionamos o número de cartas selecionadas em cada amostra, o que pode parecer assimétrico. Entretanto, o critério utilizado para esse recorte foi o *número de páginas*, pois o critério número de cartas não se mostrou adequado pelo fato de algumas cartas, especialmente as pessoais e as de redatores, serem bastante extensas, já as cartas de leitores são bem menores. Dessa forma, buscamos um equilíbrio em quantidade de material, por século, bem como por modalidade de carta, do número de páginas. Cada século conta com 180 páginas, sendo 90 páginas para cartas pessoais e 90 para cartas de leitores e redatores. Apenas o século XXI apresenta 180 páginas para as cartas de leitores e redatores, por não contarmos com cartas pessoais nessa sincronia.

Então conclusivo

Sob o rótulo de “*então* conclusivo”, abarcamos uma categoria bastante heterogênea, ou seja, há diversas maneiras de estabelecer o que denominamos aqui de relações conclusivas, cada uma com sua especificidade. Como hipótese, consideramos que essas diferentes especificidades do juntor conclusivo *então* estão relacionadas ao tipo de carta em que elas se encontram: pessoal ou de leitor e redator.

Uma primeira especificidade do juntor *então* se dá quando o item estabelece uma relação de causa e consequência, como nos exemplos¹ a seguir:

- (6) (...) Queríamos investir no Metrô. Procuramos o governo do Estado, para a Prefeitura fazer a estação no Largo da Batata, junto ao corredor Rebouças. Mas o governo do Estado não tinha projeto executivo. *Então*, não tivemos como investir. Daí, fizemos os túneis, para suprir uma demanda antiga por melhorias no transporte e no trânsito, objetivando beneficiar cerca de 2 milhões de pessoas que trafegam, moram ou trabalham na região (...) (21ESTADÃO, 17/09/2009)
- (7) (...) Paguei o imposto predial, e entrei com 450#000 para o banco, o restante está em meu poder para quando quizeres é só es= crever; Não entrei com este [p.2] outro dinheiro *para* o banco pois que mamãe estava sem dinheiro, *então* guardei na burra para qual- quer necessidade, até ella receber algumas contas de venda de café (...) (19WL, 1, 1900)

No exemplo (6), o não investimento da prefeitura no Metrô é uma consequência do fato de o Estado não ter projeto. Do mesmo modo, em (7), guardar o dinheiro para a mãe foi uma consequência de sua falta de dinheiro.

Já em (8), a relação estabelecida por *então* não é de causa e consequência, mas uma relação conclusiva propriamente dita, como se pode comprovar pelo exemplo:

- (8) Um homem bonito e inteligente fazendo sucesso não pode ser um padre? Tudo muda, até a Igreja Católica, para conquistar novos fiéis. Isso desperta sentimentos não tão

¹ Os exemplos (6), (7) e (10) foram editados, devido ao tamanho das cartas. Em anexo, apresentamos os textos completos.

nobres em algumas pessoas. Confesso que o padre Fábio de Melo é muito bonito e inteligente. Que mulher na face da Terra não gostaria de ter um homem assim ao seu lado? Mas este já está comprometido com a Igreja; *então*, vamos respeitar. (21VEJA, 11/02/2009)

Tratando do item *portanto*, Lopes, Pezatti e Novaes (2001) teceram considerações a respeito da distinção entre construções causais e consequenciais e construções conclusivas. As autoras esclarecem que o fundamento de uma relação semântica conclusiva propriamente dita é o *raciocínio inferencial*, o que significa que uma das premissas não está explicitada, diferentemente de uma relação consequencial, em que não temos premissas, mas uma causa e uma consequência, ambas explícitas. De acordo com as autoras, na sentença "João é muçulmano, portanto ele não bebe álcool", a premissa apresentada é "João é muçulmano". Mas, para chegar à conclusão "portanto ele não bebe álcool", nossa interpretação apoia-se numa premissa genérica que está omitida, que é: muçulmanos não bebem álcool.

Assim, em (8), a interação entre a premissa explícita (Padre Fábio de Melo está comprometido com a igreja) e a premissa implícita (padres não podem casar ou namorar) leva à conclusão "vamos respeitar o padre Fábio de Melo". Por esse motivo, o exemplo (8) é um caso em que *então* desempenha função *conclusiva propriamente dita*, enquanto que em (6) e (7) o juntor desempenha função *consequencial*.

Outra especificidade do juntor conclusivo *então* refere-se a casos em que a conclusão introduzida pelo item pode ser interpretada em termos de uma inferência do escrevente, e a oração normalmente apresenta um ato de fala interrogativo, por isso denominamos esses casos de *então inferidor*, como nos dois próximos exemplos:

- (9) Desque recebi sua carta não tive sossego, por favor! (...) Quanto ao seu outro argumento, veio com indicação muito vaga pra que eu possa pesá-lo. Não sei o que você quer dizer, nem a que passagem se refere, pois falo várias vezes em 'sacrifício'. Como a cópia está aí, mande especificado com mais clareza, o seu argumento. Você fala que o Moacir vai responder, *então* ele leu? Imaginava ele em Petrópolis e ia mandar outra cópia pra lá. Agora espero. (20MA, p. 104, 1942)

- (10) *Senhor* Redactor. – Não se póde ser auto- | ridade hoje em dia! Qualquer parvo | se julga apto para discutir todas as suas | medidas, embora avance proposições que, | proferidas na academia illustrada de *São* | Paulo, faria cahir por terra os bancos das | aulas. É o que acontece com o corres- | pondente que hontem estigmatizou a or- | dem do *Senhor* Cantinho, tendente a prohi- | bir o uso de assignalamentos na platéia. || Não merecia resposta o bolonio: tal- | vez não a entenda (...)Ha uma coisa, que se chama de 18 de | agosto de 1769 (vós não sabeis disto; | pois eu vos conto) a tal lei da boa razão, | diz que o uso deve ter *cem annos* para ter | força de lei. Porque não *pescasteis* isto | ahi com algum moço do 3.º anno? Isso | evitaria que viesseis tocar rabeca com ar- | co de taquara. || Pensasteis *então* que impunemente se | vai citando estas coisas, assim como se | decora a taboada? || Já vedes que vos espichasteis. Não | entendeis destas coisas, ouvisteis fallar | em uso que faz lei, e encaxasteis o axio- | ma juridico á martelo. (CL, 1854)

Em (9), a partir do que foi escrito pelo interlocutor (o Moacir vai responder), o escrevente conclui/inferê que o Moacir leu a carta, mas, como não era isso que ele esperava, ele faz uma pergunta para seu interlocutor, que deve confirmar ou não sua inferência.

Já em (10), embora *então* também veicule uma inferência do escrevente, essa inferência assume importante dimensão argumentativa no texto. Fica claro, especialmente pelo tom de indignação e provocação da carta, que esse uso está relacionado à estratégia argumentativa do escrevente, que busca descaracterizar ou desautorizar a citação do indivíduo mencionado na carta, por meio da comprovação da incompetência deste para falar de certos assuntos.

Observem-se as ocorrências (11) e (12):

- (11) Li carta de leitora reclamando da falta de trabalho legislativo no Congresso, que deveria, entre outros, alterar nosso Código Penal (É tudo fumaça, 8/7). Pergunto, *então*: depois de tantos malfeitos mostrados, será que alguém pode imaginar os parlamentares trabalhando contra eles mesmos, alterando um código de que aprenderam todos os atalhos para burlar? (21ESTADÃO, 10/07/2009)
- (12) O ministro Tarso Genro, em entrevista ao Estado (11/01, A10) afirma que “resistência armada” contra a ditadura não pode ser confundida com terrorismo. Perguntaria, *então*, ao ministro da Justiça: a explosão daquela bomba dentro de uma maleta no saguão do Aeroporto de Guararapes no dia 25 de julho de 1966, que causou duas mortes, amputações e seqüelas permanentes num total de 15 vítimas civis e militares, deve ser confundida com o quê? (21ESTADÃO, 14/01/2009)

Nesses dois exemplos, o juntor *então* também se encontra em um ato de fala interrogativo. No entanto, nesse contexto, não se espera uma resposta para a pergunta, mas trazer à tona uma ironia e/ou uma discussão a respeito do assunto, que é polêmico. Por veicular um diálogo com o assunto, chamamos esses casos de *então conclusivo dialógico*. Esse tipo de ocorrência é frequente em textos argumentativos, nos quais se busca levar o leitor da carta a certas conclusões: em (11), de que o Congresso não irá mudar o Código Penal por interesses próprios e, em (12), de que a explosão da bomba em Guararapes foi terrorismo sim.

Então com sentido conclusivo também veicula importante dimensão argumentativa ao funcionar como um *articulador textual*, ligando porções textuais maiores. Nesse caso, a conclusão apresentada está embasada em toda a porção textual anteriormente mencionada:

- (13) Fico surpreso com o lamento de leitores ex-petistas que descrevem sua frustração. Não leram a Carta aos Brasileiros, de 2002, antes mesmo de o PT governar? Se leram e não acreditaram, já deveriam saber que a linha programática do partido era claramente inviável operacionalmente. Se leram e acreditaram, jamais deveriam apoiá-la, votando em Lula. *Então*, se a direita brasileira é aquela tristeza, a esquerda é uma piada - de mau gosto. (21ESTADÃO, 08/07/2009)

Encontramos no *corpus* usos de *então* conclusivo que apresenta uma nuance de *admiração e surpresa* a respeito de um assunto, como em (14):

- (14) (...) Escrevi um bruto dum poema chatíssimo, para uns 370 versos, que é uma meditação sobre o Tietê. Chatérrimo, irritante pros outros, talvez ninguém vai gostar. Mas muito importante pra mim. Irá parar na *Lira Paulistana*. Desta, que agora vou arranjar na versão definitiva, quando datilografar, tirarei cópia pra você. Uai! *Então* Bangu não fica na Central!!! boa piada a minha confusão. (20MA, p.181, 1984)

Segundo o entendimento do escrevente da carta, Bangu ficava na Central, mas foi avisado pelo interlocutor (em outra carta) de que essa informação não era verdadeira, causando surpresa, admiração no escrevente.

Essa mesma especificidade de admiração/surpresa é encontrada nos próximos dois exemplos:

- (15) *Então*, o sr. Sarney, ou seja, a Fundação Sarney vai continuar recebendo dinheiro da Petrobrás... (21ESTADÃO, 04/09/2009)
- (16) Mas como? *Então* falta papel higiênico no perfeito paraíso socialista da devoção do PT, de Zé Dirceu, de Lula, de Franklin Martins, de Ziraldo, de Marilena Chauí, de Walter Pomar, de João Pedro Stedile, de Luís Fernando Veríssimo? (21VEJA, 16/09/2009)

Em ambos os exemplos, as cartas são apresentadas na íntegra, assim como foram publicadas. A primeira se refere a um artigo publicado no jornal ESTADÃO sobre o fato de a Fundação Sarney receber grande quantia em dinheiro da Petrobrás; a segunda, a um artigo publicado na VEJA que mostrou as condições precárias de higiene em Cuba, como o uso de publicações comunistas como papel higiênico.

Diferentemente de (14), nesses exemplos, o uso de *então* faz parte da estratégia argumentativa do escrevente, que busca criticar e ironizar as situações apresentadas. As reticências em (15) facilmente revelam indignação e descontentamento com o fato de Sarney continuar recebendo dinheiro; em (16), o uso das expressões “perfeito paraíso” e “mas como?” servem para ironizar a situação e discordar de algumas pessoas (nomes citados) que consideram Cuba um “paraíso”.

Assim, as especificidades encontradas para o juntor conclusivo *então* foram: *então* (i) consequencial, (ii) conclusivo propriamente dito, (iii) inferidor, (iv) articulador textual, (v) conclusivo dialógico e (vi) de admiração. Na próxima seção, apresentamos as correlações entre esses diferentes usos de *então* e as TD carta pessoal e carta de leitor e redator.

Resultados

De todo o *corpus* analisado, encontramos 36 ocorrências de *então* enquanto um juntor conclusivo, sendo 9 (25%) ocorrências em cartas pessoais

e 27 (75%) em cartas de leitores e redatores. Essa diferença já é significativa para correlacionar o uso de *então* com a TD, pois a alta frequência de *então* conclusivo em cartas de leitores e redatores sugere que esse uso seja condicionado pelo propósito comunicativo desse tipo de carta, que é *opinar*, por meio de crítica, elogio, indignação, reclamação, etc. sobre algum assunto. A alta frequência também sugere que usos conclusivos caracterizam a TD carta de leitor e redator.

Na tabela a seguir, apresentamos a distribuição das ocorrências de *então* conclusivo nas duas TD selecionadas, quanto às especificidades de *então*, conforme descrito na seção anterior:

Tabela 1: correlação função de *então* e TD

Funções	TD	Carta pessoal	Carta de leitor e redator
Consequencial		6	9
Conclusivo propriamente dito		0	6
Inferidor		1	2
Conclusivo dialógico		0	5
Articulador textual		0	2
Admiração		2	3
Total		9	27

A partir da quantificação e análise dos dados e descrição do *corpus*, apresentamos considerações a respeito dos aspectos principais da TD carta em suas diferentes modalidades utilizadas como *corpus* para esta pesquisa, quanto ao uso do juntor conclusivo *então*.

Nas cartas de leitores e redatores, o uso conclusivo é frequente nessa TD dado o fato de os escreventes se valerem desse recurso para, normalmente, criticar, reclamar, mostrar indignação, trazer informações, elogiar, ou seja, expressar a *opinião* sobre um assunto, como já mencionado na seção de descrição do *corpus*. Assim, a maioria das cartas possui um alto teor argumentativo, o que explica, de certo modo, a grande quantidade de funções conclusivas.

Um aspecto interessante diz respeito ao fato de, ao escrever uma carta de leitor, o autor busca expressar a opinião sobre algum fato ou problema, estando muito envolvido emocionalmente com o assunto (sentimento de revolta, indignação, por exemplo). Por isso, não é estranho termos encontrado várias funções conclusivas, não só justificando, mas compondo manobras argumentativas, a fim de mostrar a opinião do escrevente sobre um assunto, propósito comunicativo dessa TD.

A finalidade comunicativa de uma carta pessoal, como também já mencionado, é contar fatos ocorridos, trazer informações e explicações e pedir por informação. Igualmente ao que ocorre nas cartas de leitores, os escreventes nas cartas pessoais também estão bastante envolvidos com o assunto. Quanto à linguagem, maior ou menor formalidade depende do grau de intimidade com o interlocutor.

Como mostrado na tabela, *então* consequential foi observado nas duas TD selecionadas, já o conclusivo propriamente dito, só na TD carta de leitor e redator. Isso porque, nas cartas pessoais, a função comunicativa preponderante é trazer relatos de acontecimentos e justificativas de atos praticados, esta representada por relações de causa e efeito. Já nas cartas de leitores e redatores, não só justificativas são utilizadas, mas diferentes manobras argumentativas a fim convencer seus leitores, o que explica os usos conclusivos propriamente ditos.

Pelo mesmo motivo são explicados os usos de *então* conclusivo dialógico na TD carta de leitor e redator. Como já mencionado, o uso do item nesse contexto tem a função de criticar, ironizar, mostrando, então, a opinião do escrevente da carta.

Embora sejam utilizados nas duas TD, os usos de *então* como admiração são diferentes na medida em que, nas cartas pessoais, a admiração é sobre algum fato que o escrevente desconhecia, enquanto que, nas cartas de leitores e redatores, a admiração representa uma estratégia argumentativa para opinar sobre um assunto. Isso pode ser comprovado pela análise dos exemplos (14), (15) e (16), em que o primeiro é de uma carta pessoal e demonstra uma

surpresa sobre um assunto, e os outros dois, de cartas de leitores, que demonstram não uma surpresa, mas uma crítica e ironia. O mesmo acontece com os usos inferidores: em (10), retirado de uma carta de leitor, o uso de *então* em contexto de inferência faz parte da estratégia argumentativa do escrevente de criticar um indivíduo.

Todas essas considerações, portanto, confirmam o pressuposto de que é possível correlacionar TD e uso de jutores, pois diferenças entre essas TD podem ser explicadas quanto ao uso de mecanismos de junção.

Considerações finais

A partir das considerações e reflexões apresentadas anteriormente, as duas TD analisadas apresentam diferenças nos esquemas de junção do item conclusivo *então*. A TD carta de leitor e redator, dada à função de veicular opinião, condiciona diferentes especificidades conclusivas, não só consequenciais, mas especialmente usos ligados a manobras argumentativas, como usos conclusivos propriamente ditos, conclusivos dialógicos, de admiração e articulador textual. Já a TD carta pessoal favorece menos funções conclusivas, sendo que os usos mais típicos são aqueles de causa e efeito (consequencial), pois seu propósito social está mais relacionado com relatos e justificativas. Esses usos encontrados nessas TD ajudam a distingui-las. Com isso, essas constatações revelam que a TD carta de leitor e redator pode ser um material importante no estudo de operadores argumentativos, por exemplo.

Dessa forma, este artigo fornece elementos que confirmam a correlação entre TD e junção, no sentido de que a TD condiciona o emprego de certos mecanismos de junção e, na direção contrária, os arranjos de jutores ajudam a caracterizar a TD.

Referências

- ANDRADE, Mário de. *Cartas de Mário de Andrade a Murilo Miranda* (1934-1945). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- BARBOSA, Afrânio. Gonçalves; LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.). *Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: cartas de leitores*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FAPERJ, 2006.
- BARROSO, Paulo Henrique de Oliveira; BATISTA, Adriana Santos. *Correspondência passiva do Professor Fidelino de Figueiredo - Excerto Paulista* (século XX). Missivas originadas da cidade de São Paulo ou de cidades do interior do Estado. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.
- COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. RJ: Presença, 1979.
- KABATEK, Johannes. Las tradiciones discursivas del español medieval: historia de textos e historia de la lengua. *Iberoromania*. n. 62, p. 28-43, 2005.
- KABATEK, Johannes. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma (Orgs.). *Para a história do português brasileiro*. Salvador, EDUFBA, tomo II, 2006.
- LOPES Ana Cristina Macário; PEZATTI, Erotilde. Goreti; NOVAES, Norma Barbosa. As construções com *portanto* no português europeu e no português brasileiro. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 203-218, 2001.
- RAIBLE, Wolfgang. Linking Clauses. In: HASPELMATH et al. (Eds.). *Language Typology and Language Universals – an International Handbook*. Berlin, New York: De Gruyter, 2001, p. 590-617.
- SIMOES, José da Silva; KEWITZ, Verena (Orgs.). *Cartas paulistas dos séculos XVIII e XIX: uma contribuição para os corpora do PHPB*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2006.

Anexos

Exemplo (6):

Aloysio Nunes Ferreira, secretário-chefe da Casa Civil do governo do Estado, critica nossa gestão na Prefeitura (2001-2004) no artigo Marginal do Tietê, verdades e mentiras (15/9, A2). Diz que não investimos em Metrô e os túneis das Avenidas Rebouças e Cidade Jardim foram obras malfeitas. Seus ataques não fazem o menor sentido. Não investimos em Metrô, responsabilidade do

governo do Estado, que, aliás, até o momento entregou poucos quilômetros de linhas, se comparado o tempo em que sucessivas gestões apoiadas pelo secretário governam, porque herdamos uma cidade arrasada financeira e administrativamente. A prioridade era fazer o que compete ao Município: investir em corredores de ônibus (implantamos 105,9 km de corredores passa-rápido), construir terminais (entregamos dez novos e deixamos três em construção). Também implantamos o Bilhete Único, concretizando o conceito de rede única de transporte; distribuímos cerca de 6,4 milhões de bilhetes aos usuários. Para fazer isso tivemos antes de reestruturar o sistema de transportes do Município, implantando um modelo operacional baseado na combinação de linhas estruturais e locais. Retomamos a responsabilidade de regulação, organizamos a gestão do serviço de transporte e trânsito, com a aprovação e promulgação da Lei de Transportes (2001). Mais que tudo: combatemos a "máfia" que havia no setor. Quanto aos túneis, a história é bem conhecida, mas vale lembrar. No final de 2003 tínhamos juntado dinheiro da operação urbana na Faria Lima, com a venda de Cepacs. O dinheiro só poderia ser aplicado naquela região. Queríamos investir no Metrô. Procuramos o governo do Estado, para a Prefeitura fazer a estação no Largo da Batata, junto ao corredor Rebouças. Mas o governo do Estado não tinha projeto executivo. Então, não tivemos como investir. Daí, fizemos os túneis, para suprir uma demanda antiga por melhorias no transporte e no trânsito, objetivando beneficiar cerca de 2 milhões de pessoas que trafegam, moram ou trabalham na região. Os túneis funcionam e todos podem ver que os problemas de trânsito da cidade são outros.

Exemplo (7):

Há dias recebi tua prezada carta, e muito es=timó que continúes com saúde, assim como So=phia.- Ando muito doente, motivo pelo qual só hoje te escre=vo.-Vendi as 7 acções por 237#000 cada uma, hoje ellas estão a 234#000.- Paguei o imposto predial, e entrei com 450#000 para o banco, o restante está em meu poder para quando quizeres é só es= crever; Não entrei com este [p.2] outro dinheiro *para* o banco pois que mamãe estava sem dinheiro, então guardei na burra para qual- quer necessidade, até ella receber algumas contas de venda de café. - Junto envio-te o conhe : cimento de um vinho portuguez que mandei despachar-te *por informa= ção*, não sei se será bom pois é muito barato; custa 105#000 o quinto.- Há tres dias mandei- te a certidão do teu casamento. - Estou com muita gente [p.3] aqui no escriptorio por isso desculpe me não ser mais extenso, assim como qual- quer erro etc. - Muitas lembranças a Sophia e disponha do mano amigo e [*primo ?*] Raphael -
Obs. Mamãe e Eliza estão bôas e *mu*to se recommendam

Exemplo (10):

Senha Redactor. – Não se póde ser auto- | ridade hoje em dia! Qualquer parvo | se julga apto para discutir todas as suas | medidas, embora avance proposições que, | proferidas na academia illustrada de São | Paulo, faria cahir por terra os bancos das | aulas. É o que acontece com o corres- | pondente que

hontem estigmatizou a or- | dem do *Senhor* Cantinho, tendente a prohi- | bir o
 uso de assignalamentos na platéia. || Não merecia resposta o bolonio: tal- | vez
 não a entenda. || Todavia por distracção deixe-me gastar | um canto de sua
 folha. || O *direito* costumeiro dos lenços é in- | conveniente; já se demonstrou
 isto em | correspondencia passada. É por isso que | o *Senhor* Cantinho
 prohibio. Mas, o tal | *anasphalto* da correspondencia, vitupéra o | delegado por
 não mencionar no edital a | razão em que elle se estriba. Ora, meu | pedaço
 d'asno, nenhuma auctoridade, | quando lavra uma ordem, tem obrigação | de
 dizer o motivo por que faz: ella não | está argumentando, meu caro; se há |
 abuso, a auctoridade superior corrige. Es- | taes pois muito atrazado, *ponde-*
vos na / pira meu ignorantão. || Seria bonito que todas as disposições e |
 ordens fossem precedidas de seu funda- | mento. Onde iria parar a lei. De que
 | tamanho ficaria? Esta theoria é nova. Hade ser remettida á academia pura ser
 | registada no *livro das vaias*. || Dizeis ainda, meu jurisconsulto de ta- | rimba,
 que o delegado não podia derro- | gar um uso, e invocastes o *chavão*, que |
 citasteis de orelha – *que o uso faz lei*. Para que vos metteis á tralhão, meu ra- |
 bula quadrado? Já que fallasteis em | uso fazendo lei, pergunto-vos, com que |
 condição o uso faz lei? Não sabeis, caro jogodes, venha a palmatoria. Olhai. |
 Ha uma coisa, que se chama de 18 de | agosto de 1769 (vós não sabeis disto; |
 pois eu vos conto) a tal lei da boa razão, | diz que o uso deve ter *cem annos*
 para ter| força de lei. Porque não *pescasteis* isto | ahi com algum moço do 3.^o
 anno? Isso | evitaria que viesseis tocar rabeca com ar- | co de taquara. ||
 Pensasteis então que impunemente se | vai citando estas coisas, assim como se
 | decora a taboada? || Já vedes que vos espichasteis. Não | entendeis destas
 coisas, ouvisteis fallar | em uso que faz lei, e encaxasteis o axio- | ma juridico á
 martelo. || Não é bom ser mettido, meu bolonio; | bem diz o *Genuense* que –
 fallar em ma- | teria que se não entende, é *causa de erro*. || Ora bem; tomai
 esta lição, e não con- | tinueis a *pedantizar* em materia em que | não petiscaes.
 Seria bonito que as leis, | editaes, ordens, fossem sempre acompa- | nhadas de
 argumentações, para justifica- | las; seria ainda melhor que qualquer |
 costume, ainda o barbaro, e exotico, re- | pugnante com as circumstancias da
 loca- | lidade, fosse erigido em lei, sem mais nem | menos. Isto tudo é um
 direito adminis- | trativo novo, meu bolonio. || Ora ide plantar batatas. Se
 reincidir- | des chamo-vos á palmatoria. || Está fresco! Hoje qualquer barbeiro |
 falla em jurisprudencia, só porque ouviu | fallar *em uso e costumes, em lei, e*
racio- / nal. || Ande, vai para escola *orelhudo*. || O amigo da policia.

Enviado em julho de 2012.

Aceito em dezembro de 2012.